



Competitividade brasileira é a oitava da América Latina segundo relatório do WEF

POR **CARLOS ARRUDA, ANA BURCHARTH
E DEBORA RODRIGUES**

Apesar da conquista de uma posição no *ranking* das economias mais competitivas do mundo, passando da 72ª (2018) para a 71ª colocação (2019), o Brasil continua abaixo da média mundial, é o oitavo país latino-americano e o pior colocado entre os países do BRICS. O Chile lidera a posição regional, na 33ª colocação, enquanto a China ocupa a 28ª posição, liderando o grupo de grandes países emergentes. É o que revela estudo anual do Fórum Econômico Mundial (WEF), realizado em 141 países, que mede a competitividade dos países. A Fundação

Dom Cabral é parceira do WEF na coleta e análise dos dados brasileiros.

Segundo Thierry Geiger, analista-chefe de pesquisa quantitativa do organismo internacional, a América Latina é a região com maior desvio padrão, apresentando uma grande discrepância de posições competitivas entre os países. Uma situação dramática, que vem piorando a cada ano, de forma consistente. Os únicos países da região a ganharem posições no *ranking* de 2019 foram o Brasil e a Colômbia (**Tabela 1**).

TABELA 1 | SITUAÇÃO LATINO-AMERICANA NO RANKING

Países	Ranking 2019		Diferença em relação a 2018	
	Rank	Valor	Varição no Rank	Varição no valor
Chile	33	70,5	-	0,3
México	48	64,9	-2	0,3
Uruguai	54	63,5	-1	0,8
Colômbia	57	62,7	3	1,1
Costa Rica	62	62	-7	-0,1
Peru	65	61,7	-2	0,4
Panamá	66	61,6	-2	0,6
Brasil	71	60,9	1	1,4
Barbados	77	58,9	-	-
República Dominicana	78	58,3	4	0,9
Trindade e Tobago	79	58,3	-1	0,4
Jamaica	80	58,3	-1	0,4
Argentina	83	57,2	-2	-0,3
Equador	90	55,7	-4	-0,1
Guatemala	96	53,5	-2	0,2
Paraguai	97	53,6	-2	0,3
Honduras	101	52,6	-	0,2
El Salvador	103	52,6	-5	-0,2
Bolívia	107	52,8	-2	0,4
Nicarágua	109	51,5	-5	-
Venezuela	133	41,8	-6	-1,3
Haiti	138	36,3	-	-0,1

FONTE: WEF.

No BRICS, a China se mantém, pelo terceiro ano consecutivo, na 28ª posição, seguida da Rússia (43º lugar), África do Sul (60º) e Índia (68º). Nesse bloco, enquanto o Brasil ganhou uma posição, a África do Sul avançou sete posições e a Índia perdeu 10.

No *ranking* geral, Singapura chega ao primeiro lugar, superando os EUA (2º), seguidos por Hong Kong, Holanda, Suíça e Japão. A diferença de pontuação entre os sete primeiros colocados é de apenas três pontos, enquanto a diferença do primeiro colocado para o primeiro latino-americano

(Chile) é de 14,5 pontos. E deste para o último colocado, Chade (141º), é de quase 50 pontos. Ao contrário da situação latino-americana, os países europeus, norte-americanos e do leste asiático têm consolidado sua posição no topo do *ranking*, ganhando maior competitividade a cada ano. Existe, portanto, uma clara concentração de competitividade em algumas regiões, o que, para o WEF, se deve especialmente a vantagens comparativas tecnológicas, guerras comerciais e um elevado nacionalismo (Tabela 2).

TABELA 2 | PRIMEIRAS POSIÇÕES NO RANKING DE COMPETITIVIDADE MUNDIAL 2019 – WEF

Ranking 2019	Dif. 2018	Economia	Score	Ranking 2019	Dif. 2018	Economia	Score
1	+1	Singapura	84,8	11	=	Finlândia	80,2
2	-1	EUA	83,7	12	+1	Taiwan	80,2
3	+4	Hong Kong	83,1	13	+2	Coreia do Sul	79,6
4	+2	Holanda	82,4	14	-2	Canadá	79,6
5	-1	Suíça	82,3	15	+2	França	78,8
6	-1	Japão	82,3	16	-2	Austrália	78,7
7	-4	Alemanha	81,8	17	-1	Noruega	78,1
8	+1	Suécia	81,2	18	+1	Luxemburgo	77,0
9	-1	Reino Unido	81,2	19	-1	Nova Zelândia	76,7
10	=	Dinamarca	81,2	20	=	Israel	76,7

FONTES: WEF.

SITUAÇÃO DO BRASIL NOS QUATRO FATORES DO RANKING

O relatório analisa 103 variáveis, agrupadas em 12 pilares, que representam quatro fatores: ambiente favorável, capital humano, mercado e ecossistema inovador. Todos eles recebem uma pontuação de 0 a 100 (maior pontuação possível). A situação do Brasil nesses fatores revela os principais gargalos enfrentados pelo país na melhoria de sua competitividade (**Figura 1**).

Ambiente favorável

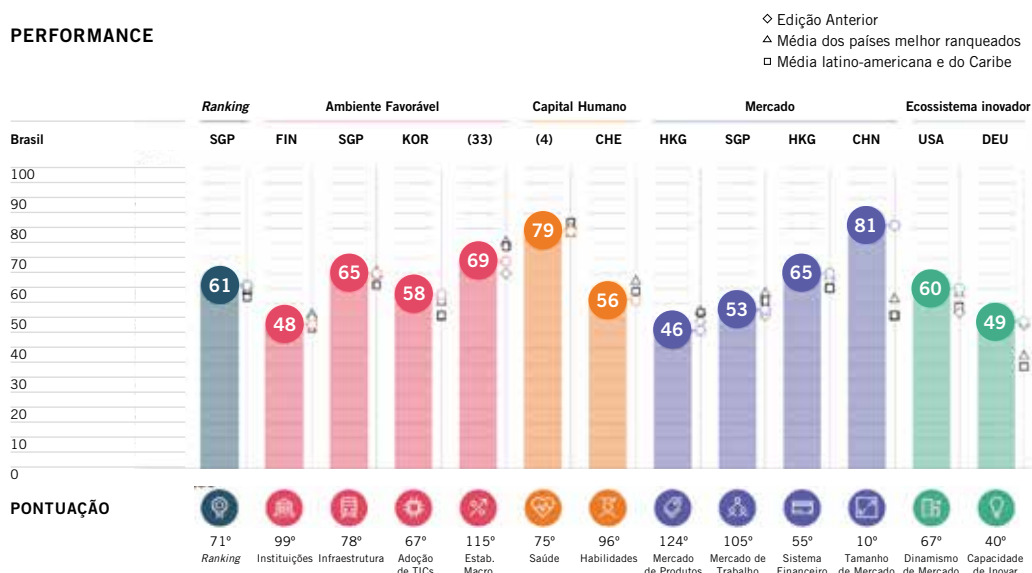
O primeiro fator avalia a capacidade de os países criarem condições favoráveis e sustentáveis para a atividade empresarial, combinando os pilares de instituições, infraestrutura, adoção de sistemas de tecnologia da informação (TICs) e estabilidade macroeconômica. O Brasil perdeu posições em 17 dos 46 indicadores analisados nesse fator, ganhou em 15 e manteve a colocação em cinco. Entre os que avaliam as instituições públicas e privadas, o destaque negativo se refere à segurança – o Brasil ficou na 132ª posição, entre os 141 países pesquisados, com destaque para o indicador da taxa de homicídios, na 133ª posição. Os resultados brasileiros também são críticos nos indicadores que avaliam a performance do governo, com destaque para a percepção dos executivos sobre o peso das regras e regulamentações na atividade empresarial, no qual ocupa a última posição.

Este ano, o relatório ganhou mais nove indicadores, dentre eles, a “regulação de energia renovável”, que avalia as políticas e regulamentações do país para promover a adoção de energias renováveis. No novo indicador de “orientação do governo para o futuro”, o Brasil teve uma pontuação agrupada de 49,1 pontos (em 100), ocupando a 91ª posição. Luxemburgo ficou em 1º lugar, com 81,3 pontos, seguido pela Alemanha.

Já no pilar de infraestrutura, apesar de ter avançado três posições no indicador geral (78ª posição), o Brasil perdeu uma posição na infraestrutura de transportes, ocupando agora o 85º lugar. Essa perda se deve, majoritariamente, à visão crítica dos executivos sobre a qualidade dos modais logísticos brasileiros: as ferrovias obtiveram nota 2,5 em 7; rodovias 3,0; portos 3,2; aeroportos 4,4. O destaque positivo foi o transporte aéreo – o Brasil ocupou a 17ª posição no índice de conectividade dos aeroportos, desenvolvido pela IATA (International Air Transport Association), que avalia o grau de integração dos países com a rede global de transporte aéreo. É importante destacar que esse modal teve uma mudança recente, via privatizações, ligadas aos grandes eventos desportivos realizados no Brasil, o que parece ter afetado fortemente o indicador.

Com o objetivo de discutir estratégias e levantar iniciativas de melhoria, a FDC, o Ministério da Infraestrutura e a Confederação Nacional de Transportes (CNT) promoveram em Brasília, em outubro, o 1º Seminário de Competitividade do Setor

FIGURA 1 | SITUAÇÃO DO BRASIL NO RANKING



FONTE: WEF.

de Infraestrutura, com a participação: do Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas; do Secretário Executivo do Ministério, Marcelo Sampaio; do Presidente da BF Capital, Renato Sucupira; do CEO da Black Rock Brasil, Carlos Takahashi. O projeto de infraestrutura do governo federal, que foi apresentado, contém um planejamento estratégico fortemente estruturado em pautas privatizadoras.

No evento, o Diretor Executivo da CNT, Bruno Batista, apontou como principais entraves do setor e infraestrutura no Brasil: a baixa densidade hidroviária; a dificuldade de encontrar mão de obra qualificada para o trabalho nos portos; as invasões de faixa de domínio das ferrovias; o elevado custo do querosene utilizado pelas aeronaves; as rodovias com qualidades discrepantes e a maioria não asfaltada. Já o Presidente Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), André Meloni, defendeu a necessidade de uma desregulamentação de preços (como as tabelas de frete) e uma competição restrita aos modais de transporte rodoviário e ferroviário.

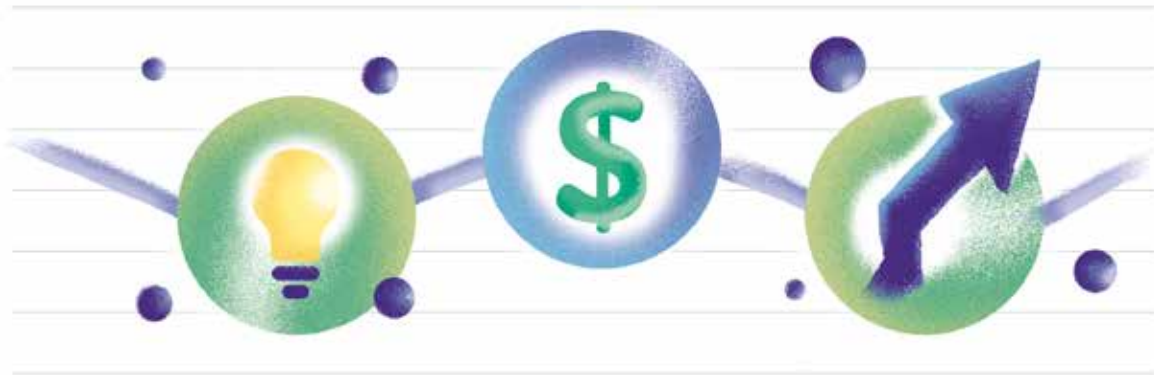
No terceiro pilar, que compõe o fator “ambiente favorável”, referente à adoção de tecnologias da informação (TICs), o Brasil avançou para o 67º lugar. Composto por apenas cinco variáveis, o destaque é o elevado número de usuários brasileiros de internet (67,5% da população), de banda larga em telefones móveis (88,1%) e de internet por fibra ótica (14,1%).

O último pilar desse primeiro bloco aborda as questões de estabilidade macroeconômica. De forma simplista, o relatório se propõe a avaliá-la, baseado apenas em dois indicadores: inflação (1º lugar, com 3,6%) e um índice chamado de “dinâmica da dívida”, que mede a mudança na dívida pública, ponderada pela classificação de crédito e o nível de dívida de um país em relação ao seu PIB (132ª posição).

Capital humano

Esse fator reúne os pilares de saúde e habilidades. Utilizando apenas um indicador de saúde – a expectativa de vida saudável da população –, o Brasil ocupa a 75ª posição, com uma expectativa de 65,5 anos. Singapura, Japão e Espanha apresentam a maior expectativa de vida saudável (74 anos). Na América Latina, se destacam o Chile (69,9 anos) e a Bolívia (64). Apesar de ter uma situação mediana em comparação com o resto do mundo, a expectativa de vida brasileira ainda é muito desigual entre os estados e as regiões do país.

Já no pilar que avalia as habilidades da população, o Brasil ocupa o 96º lugar, com perda de duas colocações. Está entre os últimos colocados em seis dos nove indicadores analisados: 133º lugar na avaliação dos executivos sobre a qualificação digital da força de trabalho (nota 3,1



APESAR DA CARÊNCIA DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS, O BRASIL É UMA FONTE DE CÉREBROS PARA VÁRIAS OUTRAS ECONOMIAS

em 7°); 131° na avaliação das habilidades dos graduandos; 129° na facilidade para encontrar candidatos qualificados no mercado de trabalho; 127° na avaliação da qualificação profissional. Esses indicadores evidenciam a necessidade de uma ação estratégica consistente de formação e desenvolvimento de talentos, especialmente porque vivemos uma revolução tecnológica com reposicionamento da capacidade produtiva em todas as profissões. A ausência de profissionais qualificados compromete não apenas a competitividade atual, mas também o futuro do país.

Outros estudos indicam que, apesar da carência de profissionais qualificados, o Brasil é uma fonte de cérebros para várias outras economias que buscam aqui os formandos das melhores universidades, oferecendo-lhes não apenas oportunidades de melhor educação, mas também emprego e perspectivas para o futuro. Ou seja, aqueles poucos profissionais qualificados não têm incentivo para permanecer no país. O relatório de competitividade do World

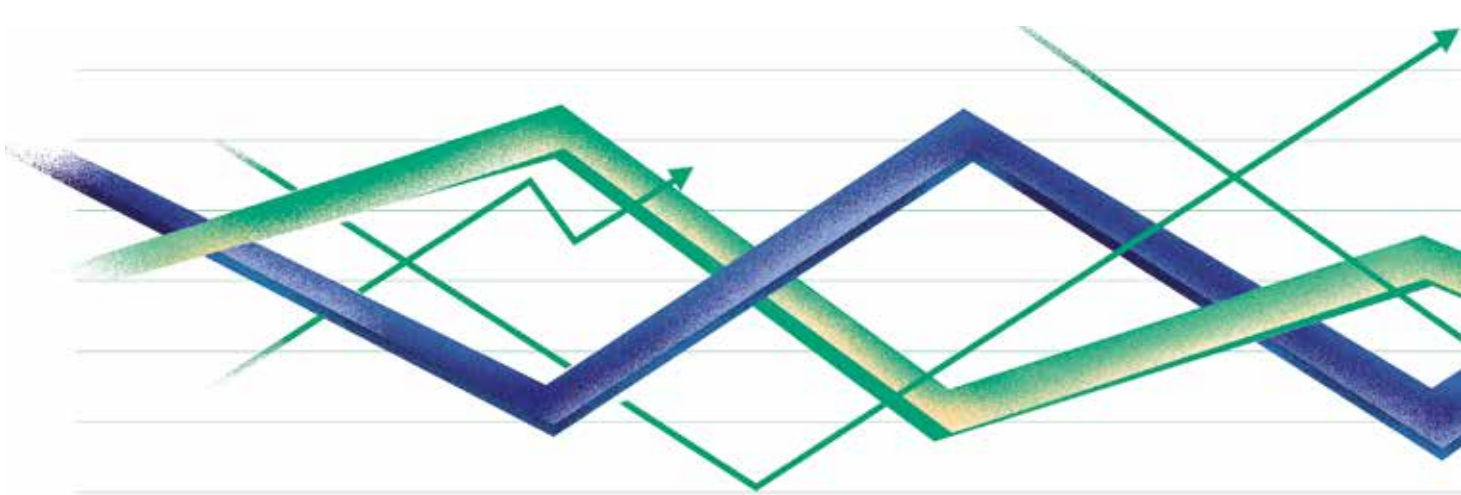
Competitiveness Report, publicado pelo IMD, em maio de 2019, que avalia a capacidade do país de evitar a perda de cérebros (*brain drain*), posiciona o Brasil em 52° lugar, entre os 63 países analisados.

Mercado

Esse bloco agrupa quatro pilares – mercado de bens, mercado de trabalho, sistema financeiro e tamanho do mercado –, avaliando o potencial de mercado como base para a competitividade de um país.

No pilar mercado de bens, em que novamente se utilizam variáveis quantitativas e de opinião, o Brasil caiu sete posições, ocupando agora o 124° lugar. Como nos casos anteriores, a avaliação da comunidade empresarial tende a ser mais crítica, posicionando-o entre os piores países do mundo, em quatro das sete variáveis analisadas. O sistema tributário nacional é reconhecidamente complexo, não apenas pela carência de um marco regulatório único e codificado, mas também devido à existência de três diferentes instâncias de competência que, além de se sobreporem – federal, estadual e municipal –, detêm alíquotas e base de cálculo muito diversas. Além disso, essa regulação é muito antiga e tem dificuldades de se aplicar aos novos produtos e à economia criada pela digitalização, em especial o e-commerce.

No entanto, nem tudo são más notícias. O país ganhou oito colocações no pilar mercado de trabalho, ocupando agora o 105° lugar. Esse pilar divide sua análise em flexibilidade (126°), meritocracia e incentivos (91°). No pilar do sistema financeiro, houve também uma melhora de duas colocações, com o Brasil na 55ª posição. Esse pilar se divide em dívida



(62º colocação) e estabilidade (17º). Destacam-se os créditos domésticos concedidos ao setor privado (52º), a capitalização do mercado (52º), o percentual de crédito (1º) e a saúde dos bancos (19º).

Finalmente, quanto ao tamanho do mercado, o país mantém a 10ª posição. Segundo Carlos Braga, sócio da P4G, esse é um dos principais atrativos aos investidores, já que o Brasil é um dos maiores países do mundo, em tamanho e população. Essa posição se justifica pelo elevado PIB ajustado e pela paridade do poder de compra (PPP – USD 2,99 trilhões), que colocam o país na 8ª posição, nessas variáveis, mesmo com as importações de bens e serviços em relação ao PIB se mantendo baixas – apenas 13,6% do PIB (140º).

Ecossistema inovador

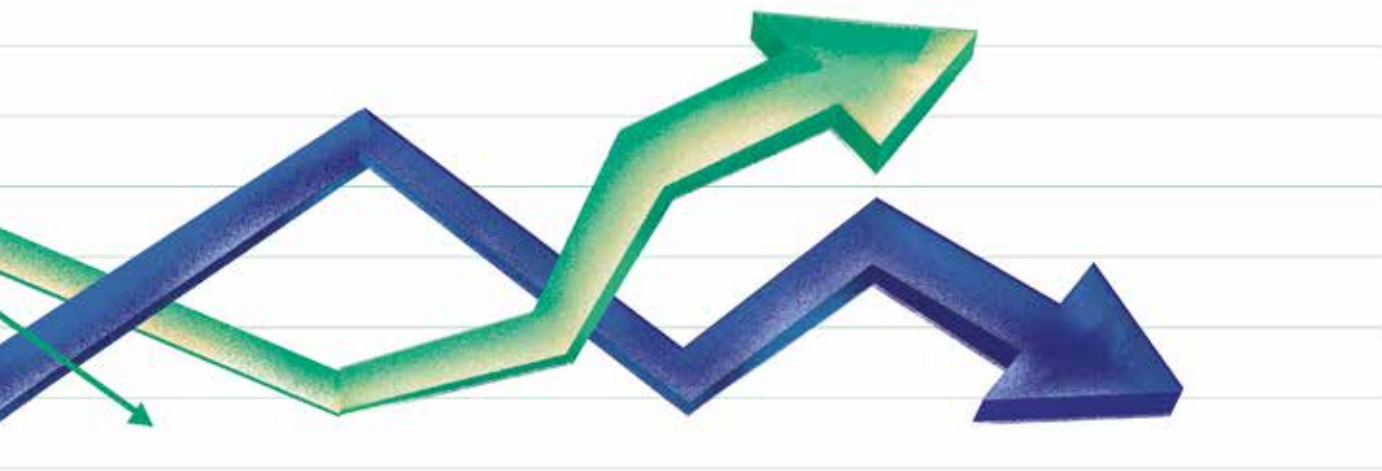
O último fator se refere à existência de um ecossistema inovador e inclui os pilares de “dinamismo empresarial” e “capacidade de inovar”. No primeiro pilar, o país ganhou 41 posições, ocupando agora a 67ª colocação. Esse pilar avalia os requerimentos administrativos (75º) e a cultura empreendedora (56º). Para avaliar os requerimentos administrativos exigidos e/ou praticados no país, a equipe do WEF utilizou cinco indicadores, quatro deles extraídos do Relatório *Doing Business* 2019, do Banco Mundial, no qual o Brasil ocupava a 109ª posição, com um ganho de 16 posições em relação a 2018.

O país avançou 33 posições no indicador de tempo requerido para abertura de um negócio e uma posição no indicador da taxa de recuperação de insolvências. No entanto, apesar desse avanço

O BRASIL ESTÁ AVANÇANDO E DETÉM POSIÇÕES BEM MAIS ELEVADAS E ACIMA DA MÉDIA REGIONAL NOS PILARES DA CAPACIDADE DE INOVAR E TAMANHO DE MERCADO

relativo, o país teve pioras absolutas no relatório do Banco Mundial: em 2018, o número de dias requeridos para abrir um negócio era de 79,5 dias e, em 2019, este número subiu para 79,9 dias; a taxa de recuperação de insolvências, que era de 12,7, subiu para 14,6. Essa aparente contradição entre os dados e a posição do Brasil no relatório reforça o dinamismo desse tipo de análise.

O último pilar avaliado, sobre a capacidade de inovar, não teve grandes variações, mantendo o país na 60ª colocação. Esse pilar se divide em interação e diversidade (76º), pesquisa e desenvolvimento (29º) e comercialização (63º). No que se refere à interação e diversidade, as variáveis-chave analisadas são a diversidade da força de trabalho (77º) e a colaboração entre acionistas (74º). Já quanto à pesquisa e desenvolvimento, mantiveram-se elevados o número de publicações nacionais (24º) e a proeminência



das instituições de ensino (14°). Vale lembrar que a pesquisa ainda não reflete as grandes mudanças feitas este ano no sistema educacional.

Comparativamente, portanto, a situação da competitividade brasileira continua dramática, com uma posição abaixo da média latino-americana quanto aos pilares de estabilidade macroeconômica, mercado de trabalho, mercado de bens, saúde e habilidades. Nesses pilares, o país com maior destaque é o Chile. No entanto, o Brasil está avançando e detém posições bem mais elevadas e acima da média regional, nos pilares da capacidade de inovar e tamanho de mercado. Há ainda uma pequena variação acima da média latino-americana quanto às instituições, o dinamismo econômico, o sistema financeiro, a infraestrutura e a capacidade de adoção de tecnologias da informação.

Finalmente, cabe ressaltar o absoluto destaque obtido pelo Chile nos últimos anos. O país vem constantemente ganhando posições em competitividade, mesmo que não de forma absolutamente contínua ou a passos largos. Talvez seja o momento de o Brasil estudar experiências bem-sucedidas, como a chilena ou a colombiana, e atuar mais fortemente para mudar sua triste, mas nada inesperada, situação.

CARLOS ARRUDA é professor e gerente do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral.

ANA BURCHARTH é professora e pesquisadora da Fundação Dom Cabral.

DEBORA RODRIGUES é bolsista de pesquisa do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral.